

Comércio não abre no domingo

Líder dos comerciários interrompe negociação e acordo para todas as lojas funcionarem é cancelado

Flávia Filipini

Da equipe do Correio

O acordo que previa abertura de todo o comércio do Distrito Federal aos domingos, já a partir de amanhã, não demorou mais de 48 horas. A decisão seria ratificada numa assembléia dos comerciários hoje pela manhã, mas a presidente do sindicato, Geralda Godinho, preferiu cancelar o encontro.

Ela acredita que será mais vantajoso para a categoria firmar acordos em separado com cada lojista e não um coletivo, como ficou decidido na quarta-feira passada. Amanhã, apenas as lojas que já firmaram esse trato individualmente com o sindicato podem abrir as portas. Segundo Geralda, cerca de 50% das lojas dos shoppings asseguram esse direito este ano.

O acordo firmado na quarta-feira não anularia os que fossem feitos em separado. Mas permitiria que qualquer outro estabelecimento pudesse funcionar, desde que respeitados os direitos garantidos pelos funcionários no acordo: jornada de seis horas, máximo de dois feriados trabalhados por mês, folga semanal antecipada, hora extra (50%), comissão mínima de R\$ 10, vale refeição no valor de R\$ 4 e vale transporte gratuito.

“Geralda voltou atrás alegando que foi pressionada a fechar o acordo coletivo. Segundo ela, discutindo com cada empresa em separado, ela poderia conseguir, por exemplo, uma vale refeição de R\$ 10 para alguns comerciários. “Perdemos poder de barganha com esse novo acordo. Não poderíamos mais negociar os benefícios levando em consideração situação isolada de cada empresa”, explica.

A pressão para a assinatura, segundo ela, não veio do Sindicato do Comércio Varejista (Sindivarejista), com quem foi fechado o trato, mas da Federação do Comércio (Fecomércio). O presidente Fecomércio, Sérgio Koffes, sugeriu ao governador Joaquim Roriz um novo projeto de lei para regulamentar a abertura do comércio aos domingos.

Pela proposta da Fecomércio, as lojas poderiam funcionar entre 8h e 22h do domingo, sendo obedecida as normas de

proteção do trabalho previstas em acordo ou convenção coletiva. Koffes afirmou que, com a sugestão, pretendia tirar um atraso que existe em Brasília nessa questão, pois em quase todas as capitais do país o comércio abre aos domingos.

A Fecomércio defende também que a proposta estimularia a criação de novos empregos, já que prevê apenas seis horas de trabalho por plantão e a proibição do pagamento de hora extra. “O empresário seria obrigado a contratar e a nossa proposta ajudaria a aliviar um problema grave no DF, que é o desemprego”, afirmou Koffes.

A sugestão, porém, foi encarada como uma ameaça. Geralda argumentou junto à Procuradoria Regional do Trabalho que, se a proposta da Fecomércio fosse acatada, e uma nova lei poderia ser criada sem respeitar os direitos do trabalhador. Segundo Geralda, no mesmo dia em que a sugestão de Koffes foi divulgada, quatro empresas desistiram de fechar acordos em separado.

ASSEMBLÉIA

Ontem à tarde, o procurador Adélio Justino Lopes, da Coordenadoria dos Direitos e Interesses Coletivos dos Trabalhadores, chamou as partes para conversar. Ele lembrou que o acordo em separado é previsto por lei. Lopes também defendeu que o sindicato, com 80 mil filiados, não teria condições de avaliar a opinião de toda categoria numa única assembléia. “O Ministério Público não é contra a abertura das lojas aos domingos. Mas esse procedimento deve respeitar todos os direitos do trabalhador”.

O procurador também recomendou aos comerciários que seja explicitado no acordo como e quando as empresas vão aumentar seu quadro de funcionários a partir da abertura aos domingos. O pacto firmado na quarta-feira instituiu o Contrato por Hora para incentivar novos empregos. Com o comerciário trabalhando seis horas em dois domingos por mês, o empresário seria obrigado a ampliar seu quadro de funcionários em 20%. “É preciso que se defina logo quando e quantos trabalhadores cada loja vai empregar”, concluiu Lopes.